



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

AUDITOR FISCAL "A" – PROVA P2 – TIPO 2 - TARDE

CONCURSO PÚBLICO 21/10/2012

INSTRUÇÕES

1. Confira abaixo: seu nome, número de inscrição e o cargo correspondente à sua inscrição. Assine no local indicado.
2. Verifique se os dados impressos no Cartão-Resposta correspondem aos seus. Em caso de irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal.
3. Não serão permitidos: empréstimos de materiais; consultas e comunicação entre os candidatos; uso de livros, apontamentos, relógios, aparelhos eletrônicos e, em especial, aparelhos celulares, os quais deverão ser desligados e colocados no saco plástico fornecido pelo Fiscal. O não cumprimento dessas exigências ocasionará a exclusão do candidato deste Concurso Público.
4. Aguarde o Fiscal autorizar a abertura do Caderno de Prova. Após a autorização, confira a paginação antes de iniciar a Prova.
5. Este Caderno de Prova contém 90 (noventa) questões objetivas, cada qual com apenas 1 (uma) alternativa correta. No Cartão-Resposta, preencha, com tinta preta, o retângulo correspondente à alternativa que julgar correta para cada questão.
6. No Cartão-Resposta, anulam a questão: marcar mais de 1 (uma) alternativa em uma mesma questão; rasurar; preencher além dos limites do retângulo destinado a cada marcação. Não haverá substituição do Cartão-Resposta por erro de preenchimento.
7. Não são permitidas perguntas ao Fiscal sobre as questões da prova.
8. A duração desta prova será de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta.
9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal.
10. Aguarde autorização para devolver, em separado, o Caderno de Prova e o Cartão-Resposta, devidamente assinados.



Transcreva abaixo as suas respostas, dobre na linha pontilhada e destaque cuidadosamente esta parte.

.....
RESPOSTAS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54
55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72
73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90

O gabarito oficial provisório estará disponível no endereço eletrônico **www.cops.uel.br** a partir das 21 horas do dia 21 de outubro de 2012.

- 1** Sobre os poderes da Administração Pública, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.
- () A competência para o exercício do poder de polícia segue a distribuição constitucional das competências administrativas, com base no princípio da predominância do interesse. Inclusive, a Constituição Federal possibilita que o Poder Público crie taxas em razão do exercício deste poder.
 - () O exercício do poder regulamentar do Executivo situa-se na principiologia constitucional da separação dos poderes. Assim, o regulamento não poderá alterar disposição legal, tampouco criar obrigações diversas das previstas em disposição legislativa.
 - () O poder de polícia é inerente à Administração Pública, que pode restringir e condicionar o uso e gozo de bens, das atividades e dos direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado, estando submetido ao princípio da legalidade, mas não ao controle jurisdicional.
 - () O poder disciplinar consiste na possibilidade de a Administração Pública apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos, mas este poder não abrange as sanções administrativas aplicadas aos particulares, uma vez que estas sanções terão como fundamento o poder de polícia.
 - () O poder disciplinar é instrumento para a garantia da atuação coordenada da Administração. Consiste na subordinação e na coordenação das relações entre órgãos públicos e entre os servidores. Permite rever atos dos subordinados e decidir conflitos de competência.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, V, F, V, F.
 - b) V, F, V, V, F.
 - c) V, F, F, F, V.
 - d) F, V, V, F, V.
 - e) F, F, F, V, V.
- 2** A Constituição Federal consagra normas básicas regentes da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e proclama os princípios constitucionais essenciais para a probidade e a transparência na gestão da coisa pública. Com relação aos Princípios Constitucionais da Administração Pública, considere as afirmativas a seguir.
- I. A regra do princípio da publicidade vem reforçada pela Constituição Federal, que declara o direito de receber informações dos órgãos públicos e prevê o *habeas data* como garantia do direito de conhecer e retificar informações pessoais constantes de entidades governamentais ou de caráter público.
 - II. Pelo princípio da moralidade, deve o Poder Judiciário, ao exercer o controle jurisdicional, não se restringir ao exame estrito da legalidade do ato administrativo, mas entender por legalidade não só a conformação do ato com a lei, como também com a moral administrativa e com o interesse coletivo.
 - III. O princípio da eficiência compõe-se de características como direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum, imparcialidade, neutralidade, transparência, participação e aproximação dos serviços públicos à população, eficácia, desburocratização e busca da qualidade.
 - IV. O princípio do controle administrativo deverá pautar a atuação discricionária do Poder Público, garantindo-lhe a constitucionalidade de suas condutas, com o dever de atuar em plena conformidade com critérios racionais, sensatos e coerentes, impedindo a prática de arbitrariedades.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
 - b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
 - c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
 - d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
 - e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.
- 3** A finalidade do combate constitucional à improbidade administrativa é evitar que agentes públicos atuem em detrimento do Estado. Sobre improbidade administrativa, considere as afirmativas a seguir.
- I. O agente público, servidor ou não, é sujeito ativo do ato de improbidade administrativa, praticado contra entidade para cuja criação ou custeio o erário tenha concorrido, ou concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual.

- II. As sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 para os atos de improbidade administrativa são de natureza civil e penal, podendo o agente público sofrer investigações por inquérito civil, para posterior ação civil julgada pelo Poder Judiciário.
- III. O sucessor daquele agente público que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa até o limite do valor da herança.
- IV. Há três espécies diferenciadas de atos de improbidade administrativa: os que importam em enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

4 As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, conforme estabelece a Constituição Federal.

Sobre o dever do Estado de indenizar, assinale a alternativa correta.

- a) A indenização do dano deve abranger exatamente aquilo que a vítima perdeu ou dispendeu em consequência do ato lesivo do Poder Público, não sendo permitida a condenação do Estado à indenização por danos morais, lucros cessantes, honorários advocatícios, correção monetária e juros de mora.
- b) A responsabilidade civil do Estado pode ser afastada no caso de força maior, caso fortuito, ou se comprovada a culpa exclusiva da vítima, pois nessas hipóteses estará afastado um dos requisitos indispensáveis: o nexo causal entre a ação ou omissão do Poder Público e o dano causado.
- c) A responsabilidade civil do Estado se confunde com a responsabilidade criminal e administrativa do agente público, portanto a absolvição do agente público no juízo criminal afastará a responsabilidade civil do Estado, por não comprovar a culpa ou dolo.
- d) Para configurar a responsabilidade civil do Estado, é necessária ocorrência do dano, inexistência de cláusula excludente da responsabilidade civil e nexo causal entre o evento danoso e a ação ou omissão do agente público, mesmo estando este fora do exercício da atividade pública.
- e) Verificada a culpa concorrente entre o Poder Público e a vítima, a responsabilidade civil da Administração fica totalmente excluída, assim como na culpa exclusiva da vítima, uma vez que o próprio lesado tornou o dano inevitável ou o agravou.

5 Sobre a Lei Complementar nº 131/2010, que trata, inclusive, da reestruturação da carreira do Agente Fiscal da Coordenação da Receita do Estado do Paraná, considere as afirmativas a seguir.

- I. A sindicância tem natureza investigatória e punitiva, portanto deve definir a existência do fato irregular praticado pelo Auditor Fiscal, determinar a autoria, indicar o dispositivo legal infringido e aplicar a penalidade de repreensão até a demissão.
- II. O Secretário de Estado da Fazenda é a autoridade competente para decidir os processos administrativos disciplinares e aplicar as penalidades nos casos de demissão e de cassação de aposentadoria.
- III. O Auditor Fiscal da Coordenação da Receita do Estado tem a privatividade das atividades de coordenação, programação e exercício da tributação, da arrecadação e da fiscalização dos tributos estaduais e delegados pela União.
- IV. Compete privativamente ao Auditor Fiscal a constituição do crédito tributário pelo lançamento e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível, bem como o julgamento do processo administrativo fiscal em primeira instância administrativa.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

6 Leia o texto a seguir.

Embora não se tenha plena consciência disso - porque uma teoria jurídica dominada pela política não lhe dá ensejo - é certo que uma Constituição que, por não dispor de mecanismos de anulação, tolera a subsistência de atos e, sobretudo, de leis com ela incompatíveis, não passa de uma vontade despida de qualquer força vinculante.

(KELSEN, H. *apud* MENDES, G. F. et all. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva. 2007. p.953.)

Sobre o controle de constitucionalidade, considere as afirmativas a seguir.

- I. Por intermédio de emenda à Constituição, ao Supremo Tribunal Federal foi dada a competência para conhecer e julgar a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, cuja decisão de mérito possuirá eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Executivo e do Judiciário.
- II. O controle constitucional difuso atribui competência para o julgamento das questões constitucionais a um órgão jurisdicional superior. Por sua vez, o controle constitucional concentrado assegura a qualquer órgão judicial incumbido de aplicar a lei a um caso concreto o afastamento de sua aplicação por ser inconstitucional.
- III. A Constituição Federal prevê que o Poder Judiciário é o órgão que controla a constitucionalidade das normas infraconstitucionais, sendo inadmissível que órgãos políticos, como as Comissões de Constituição e Justiça das Casas Legislativas, exerçam este controle de competência exclusiva do judiciário.
- IV. A inconstitucionalidade por omissão pressupõe a inobservância de um dever constitucional de legislar, sendo que o constituinte de 1988 conferiu importante significado ao controle de constitucionalidade da omissão com a instituição do mandado de injunção e da ação direta de inconstitucionalidade da omissão.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

7 De acordo com a Constituição Federal de 1988, considere as afirmativas a seguir.

- I. Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar *habeas corpus*, mesmo quando um Ministro dessa Corte for o paciente, por sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção.
- II. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- III. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de toda a sociedade.
- IV. Será concedido mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

8 A Constituição da República Federativa do Brasil tem valor de norma suprema no ordenamento jurídico pátrio, tendo conquistado esse prestígio por intermédio da urdidura de fatos e ideias advindas do suceder da história. Para a concepção dos fundamentos em que a Constituição pátria se insere, houve duas tendências: a da Europa continental e a dos Estados Unidos da América.

Nessa égide, assinale a alternativa correta a respeito do Poder Constituinte.

- a) As constituições são concebidas para durar no tempo, embora a evolução dos fatos sociais reclame por ajustes, portanto são inaceitáveis as mudanças meramente pontuais na Constituição, mas, sim, que seja alterada em seu todo.
- b) Com o advento de uma nova Constituição Federal, todos os diplomas infraconstitucionais perdem o vigor, mesmo que com ela sejam compatíveis quanto ao seu conteúdo.
- c) O Poder Constituinte Originário é permanente e subsiste fora da Constituição, sendo apto para manifestar-se a qualquer tempo, por isso trata-se de um poder permanente e incondicionado.
- d) O Poder Constituinte Derivado está sujeito a limitações de forma e conteúdo e se exige um quórum para aprovação de emenda à Constituição de três quintos dos membros do Congresso Nacional em um turno de votação.
- e) O titular do Poder Constituinte Originário é o Poder Legislativo, uma vez que esse Poder é quem representa o povo, sendo legítimo para disciplinar os fundamentos da vontade política da nação.

9 A Constituição Federal de 1988 efetua a repartição de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e prevê a possibilidade de intervenção federal.

Sobre esses assuntos, considere as afirmativas a seguir.

- I. A União intervirá para reorganizar as finanças no Estado que deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas na Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei.
- II. Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro e econômico, limitando-se a competência da União a estabelecer normas suplementares.
- III. Os Estados não podem intervir nos Municípios, somente a União tem o poder de intervir nos Estados e nos Municípios nos casos previstos na Constituição Federal.
- IV. Os Municípios podem instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas nos prazos fixados em lei.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

10 A respeito do Sistema Tributário Nacional, previsto na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição de melhoria decorrente de obras públicas, bem como tributos, impostos e taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
- b) Compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.
- c) O imposto de transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, quando for relativo a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Distrito Federal ou ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador.
- d) Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir, mediante lei complementar, impostos não previstos na Constituição Federal, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.
- e) Para promover o desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País, é permitido à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município.

11 De acordo com a Lei nº 11.101/2005, sobre Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da sociedade empresarial e do empresário, considere as afirmativas a seguir.

- I. A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.
- II. Créditos quirografários como remunerações do administrador judicial, derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho de serviços prestados após a decretação da falência, não têm precedência sobre os créditos tributários.
- III. Esta lei aplica-se às sociedades de economia mista, empresas públicas, instituições financeiras privadas, cooperativas de crédito, consórcios e sociedades operadoras de planos de assistência à saúde.
- IV. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. Nesse caso, os credores do devedor conservam seus direitos e privilégios contra os co-obrigados, fiadores e obrigados de regresso.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

12 Com relação à profissionalização e à proteção do adolescente no trabalho, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), assinale a alternativa correta.

- a) A formação técnico-profissional do adolescente deve garantir acesso e frequência obrigatória ao ensino regular e horário especial para o exercício das atividades.
- b) Ao adolescente aprendiz, maior de dezesseis anos, são assegurados os direitos trabalhistas na forma da lei, excluindo-se os previdenciários.
- c) Ao adolescente empregado é permitido o trabalho realizado a partir das vinte e duas horas de um dia e que se encerre até às cinco horas do dia seguinte.
- d) É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, estudante ou não, salvo na condição de aprendiz.
- e) O salário, quando pago ao adolescente aprendiz pelo trabalho efetuado, desfigura completamente o caráter educativo e se torna trabalhista.

13 É dever do Estado assegurar educação à criança e ao adolescente, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Sobre deveres e competências do Poder Público, tratados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), considere as afirmativas a seguir.

- I. Assegurar o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- II. Garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- III. Recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.
- IV. O ensino obrigatório e gratuito é um direito objetivo, e o não oferecimento ou sua oferta irregular importa responsabilidade subjetiva do Estado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

14 Sobre os direitos e as garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com a administração fazendária do Estado do Paraná, prevista na Lei Complementar nº 107/2005, considere as afirmativas a seguir.

- I. O parcelamento do débito tributário implica novação, fazendo com que o contribuinte retorne, a este título, ao pleno estado de adimplência, inclusive para fins de obtenção de certidões negativas de débitos fiscais.
- II. É vedada, para fins de cobrança extrajudicial de tributos, a adoção de meios coercitivos contra o contribuinte, tais como a proibição de transacionar com órgãos públicos e instituições oficiais de crédito, imposição de sanções administrativas ou instituição de barreiras fiscais.
- III. É vedada à administração fazendária, sob pena de responsabilidade funcional de seu agente, reter, além do tempo marcado no início do procedimento, mercadorias apreendidas dos contribuintes e divulgar, em órgão de comunicação social, o nome de contribuintes em débito.
- IV. É obrigatória a inscrição do crédito tributário em dívida ativa no prazo de até noventa dias contados de sua constituição definitiva, inclusive na hipótese de o contribuinte haver ingressado com medida judicial e esta não ter transitado em julgado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

15 Sobre o Direito das Obrigações, considere as afirmativas a seguir.

- I. A novação não extingue os acessórios e as garantias da dívida e possibilitará ao credor ressalvar o penhor, a hipoteca ou a anticrese, se os bens dados em garantia pertencerem a terceiro que não foi parte na novação.
- II. Na cessão de crédito, o cedido não intervém no negócio jurídico, pois sua anuência é dispensável, sendo suficiente que se lhe comunique a cessão, para que possa saber quem é o legítimo detentor do crédito.
- III. Na obrigação de dar coisa certa, se a coisa se deteriorar sem culpa do devedor, vindo a sofrer diminuição de seu valor ou degradação física, caberá ao credor escolher se extingue a obrigação ou recebe o bem no estado em que está, abatido de seu preço o valor do estrago.
- IV. Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

16 Com relação aos contratos previstos no Código Civil Brasileiro, considere as afirmativas a seguir.

- I. Se o alienante conhecia o vício da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se não o conhecia, tão somente restituirá o valor recebido, mais as despesas do contrato.
- II. Nos contratos de adesão, são plenamente válidas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- III. A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a rescisão do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.
- IV. É nulo o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.**
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

17 Com relação à validade e aos defeitos do negócio jurídico, à prescrição e à decadência, previstos no Código Civil, considere as afirmativas a seguir.

- I. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- II. Pode ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento, caso contrário, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou.
- III. A interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma vez, por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- IV. Aplicam-se à decadência as mesmas normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição e, quando a decadência for estabelecida por lei, o juiz somente a reconhecerá mediante pedido da parte interessada.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.**
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

18 Sobre o Direito de Empresa, previsto no Código Civil, considere as afirmativas a seguir.

- I. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços ou quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística.
- II. O sócio pode ceder suas quotas, com a devida modificação do contrato social e o consentimento dos demais sócios. Depois de averbada a modificação do contrato, o cedente estará isento de qualquer responsabilidade, recaindo esta sobre a pessoa do cessionário.
- III. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a cem vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- IV. O nome da empresa individual de responsabilidade limitada deverá ser formado pela inclusão da expressão “EIRELI” após a firma ou a denominação social.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.**
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

19 Sobre os crimes previstos na Lei nº 8.137/1990, considere as afirmativas a seguir.

- I. Terá a pena reduzida de um a dois terços o coautor ou partícipe de crime cometido em quadrilha ou em coautoria, se esse confessar espontaneamente ou revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa.
- II. Comete crime o funcionário público que sonega ou extravia livro oficial, processo fiscal ou documento de que tenha a guarda em razão da função e, com isso, acarrete pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social.
- III. Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante a omissão de informação ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.
- IV. Constitui crime contra a ordem tributária abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando a concorrência, total ou parcialmente, mediante qualquer forma de ajuste ou acordo de empresas.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

20 Com relação ao princípio da anterioridade da tributação, prevista na Constituição Federal de 1988, considere as afirmativas a seguir.

- I. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro da publicação da lei que os instituiu ou aumentou.
- II. Alguns tributos não precisam obedecer ao princípio da anterioridade, mas sim à vontade da lei que os instituiu ou aumentou, como o imposto sobre produtos industrializados.
- III. As contribuições sociais só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.
- IV. A lei ordinária que extingue ou reduz uma isenção tributária poderá ser aplicada imediatamente, não necessitando que a sua aplicação seja no exercício vindouro ao da sua entrada em vigor.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

21 Sobre as espécies tributárias existentes na legislação brasileira, considere as afirmativas a seguir.

- I. O imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte, sendo a competência e a limitação previstas na Constituição Federal de 1988.
- II. A contribuição de melhoria será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a cada imóvel, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.
- III. As contribuições de melhoria cobradas pelos Estados têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- IV. A União e os Estados podem instituir empréstimos compulsórios em caso de calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

22 Sobre a isenção e a imunidade dos tributos, previstas na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) A isenção tributária pode ser entendida como uma causa extintiva do crédito tributário, pois faz desaparecer o tributo já nascido, e só pode ser concedida por lei da pessoa política tributante.
- b) A União poderá instituir isenções tributárias sobre qualquer espécie de tributos, mesmo que sejam de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) As pessoas políticas são imunes à tributação por meio de impostos, e esta imunidade recíproca decorre do princípio federativo e do princípio da igualdade federativa.
- d) As operações que destinem mercadorias para o exterior e as que destinem, a outros Estados, petróleo, combustíveis e energia elétrica não estão imunes ou isentas de tributação via ICMS.
- e) São isentos de tributação por meio de impostos os templos de qualquer culto, pois isso visa assegurar a manifestação da religiosidade das pessoas. Essa isenção alcança somente o local destinado a cerimônias religiosas.

23 Sobre os impostos de competência dos Estados, previstos na Constituição Federal de 1988, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

- () Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- () Imposto sobre produtos industrializados.
- () Imposto sobre propriedade de veículos automotores.
- () Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.
- () Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, V, F, V, F.
- b) V, F, V, V, F.
- c) F, V, V, F, V.
- d) F, V, F, V, V.
- e) F, F, V, F, V.

24 Sobre a obrigação tributária prevista no Código Tributário Nacional, considere as afirmativas a seguir.

- I. A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais e do fato de que esta esteja sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis ou da administração direta de seus bens.
- II. A isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais sujeitos pelo saldo.
- III. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- IV. Tratando-se de situação de fato, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias à produção dos efeitos que normalmente lhe são próprios.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

25 O direito de ação penal

consiste na faculdade de exigir a intervenção do poder jurisdicional para que se investigue a procedência da pretensão punitiva do Estado-Administração, nos casos concretos.

(GRISPINI, F. 1947, p.296 *apud* BITENCOURT, C. R. *Tratado de Direito Penal*. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2007 p.698.)

Sobre a ação penal prevista no Código Penal Brasileiro, considere as afirmativas a seguir.

- I. A inércia do Ministério Público possibilita ao ofendido iniciar a ação penal pública condicionada mediante queixa, substituindo, assim, sua denúncia que iniciaria a ação penal. O Ministério Público, entretanto, poderá aditar a queixa a qualquer momento.
- II. A lei admite que, depois de ter representado contra alguém, o representante reconsidere essa posição e resolva retratar-se, por qualquer razão, e desistir da ação penal, desde que esta retratação ocorra antes da sentença condenatória.
- III. A renúncia só poderá ocorrer em crimes de ação penal de exclusiva iniciativa privada e antes de esta ser iniciada. Após iniciada a ação penal privada, é impossível renunciar o direito de queixa, admitindo-se somente o perdão do ofendido.
- IV. O ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

26 Um Secretário Municipal de Saúde solicita ao Prefeito Municipal a compra de determinados medicamentos, que, por sua vez, determina ao Secretário de Gestão Pública a abertura de licitação para a respectiva compra. Ocorre que a sociedade empresária *Generic* ganha o processo licitatório, mesmo possuindo um preço 120% maior que o da sociedade empresária *Saúde*, pois seu sócio administrador efetuou o pagamento de propina, em dinheiro, no importe de 10% ao Prefeito Municipal e 7% ao Secretário de Gestão para vencer o processo licitatório. O Secretário da Saúde, embora conhecedor de toda a ilicitude, não recebeu quantia alguma, mas anuiu ao processo licitatório, concordando com a compra superfaturada dos medicamentos.

Sobre esse caso, assinale a alternativa correta.

- a) O sócio administrador da sociedade empresária *Generic* poderá responder pelo crime de corrupção ativa. O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Gestão Pública poderão responder pelos crimes de peculato e corrupção passiva. O Secretário Municipal de Saúde poderá responder pelo crime de peculato, mesmo não recebendo a propina.
- b) O sócio administrador da sociedade empresária *Generic* poderá responder pelo crime de corrupção ativa. O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Gestão Pública poderão responder pelos crimes de peculato e corrupção passiva. O Secretário Municipal de Saúde não responderá por crime algum, pois não recebeu qualquer vantagem indevida, apenas responderá por falta funcional.
- c) O sócio administrador da sociedade empresária *Generic* poderá responder pelo crime de corrupção passiva. O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Gestão Pública poderão responder pelos crimes de concussão e corrupção passiva. O Secretário Municipal de Saúde poderá responder pelo crime de condescendência criminosa.
- d) O sócio administrador da sociedade empresária *Generic* poderá responder pelo crime de corrupção passiva. O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Gestão Pública poderão responder pelos crimes de furto e corrupção ativa. O Secretário Municipal de Saúde poderá responder pelo crime de corrupção ativa, mesmo não recebendo a propina.
- e) O sócio administrador da sociedade empresária *Generic*, o Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Gestão Pública poderão responder pelo crime de corrupção ativa e condescendência criminosa. O Secretário Municipal de Saúde não responderá por crime algum, apenas por falta funcional.

27 De acordo com a Lei Estadual nº 11.580/1996, que regula o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), no Estado do Paraná, considere as afirmativas a seguir.

- I. Há incidência de imposto sobre as operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a utilização na prestação de serviço de qualquer natureza, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição do Estado do Paraná.
- II. O ICMS incide sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- III. Há incidência do ICMS na entrada, no estabelecimento do contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outras unidades da Federação, destinados ao uso ou consumo ou ao ativo permanente.
- IV. Há incidência de ICMS, quando, no território paranaense, ocorrer a entrada de energia elétrica e sua destinação, por adquirente localizado no Paraná, for diversa da industrialização ou da comercialização e decorrente de operação interestadual.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

28 A Lei Estadual nº 11.580/1996, que regula o ICMS no Estado do Paraná, no que tange a bens e mercadorias, especifica o local da operação e da prestação para os efeitos da cobrança do imposto. Este deve ser

- a) o do estabelecimento que emita o documento representativo da posse de mercadoria, adquirida por terceiro no exterior, se nesse o bem já tenha transitado.
- b) onde se encontre, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação fiscal inidônea.
- c) o do estabelecimento onde ocorrer a entrada física ou o do domicílio do adquirente quando estabelecido, no caso de exportação.
- d) o território deste Estado, em relação às operações realizadas fora da sua plataforma continental, mar territorial e dentro de sua zona econômica exclusiva.
- e) onde ocorrer, no território paranaense, o embarque do produto da captura de peixes, crustáceos e moluscos para exportação.

29 De acordo com a Lei Estadual nº 11.580/1996 (ICMS), considere as afirmativas a seguir.

- I. O Poder Executivo poderá ampliar o prazo previsto para o pagamento desse tributo até o máximo de 180 (cento e oitenta) dias, mediante atualização monetária a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia após o período de apuração do imposto.
- II. Os contribuintes que voluntariamente procurarem a repartição fazendária competente para denunciar a infração prevista nesta lei, terão excluída a imposição de penalidade, chamada de denúncia espontânea.
- III. Os créditos tributários poderão, mediante autorização do Governador do Estado, serem liquidados por compensação, com créditos líquidos, certos e vencidos do sujeito passivo contra a Fazenda Estadual.
- IV. Os créditos tributários vencidos relativos ao ICMS poderão ser pagos em até cem parcelas, com a anuência da Secretaria da Fazenda. O pedido desse parcelamento está dissociado do reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

30 Sobre a suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, previstos no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- a) A anistia, que é uma forma de extinção do crédito tributário, abrange as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, aplicando-se ainda aos atos qualificados em lei como crime ou contravenção.
- b) A moratória, que é uma forma de suspensão do crédito tributário, somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
- c) A autoridade administrativa está impedida de conceder remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo à situação econômica do sujeito passivo, assim como às condições peculiares a determinada região do território.
- d) A extinção do direito constitutivo do crédito tributário exercido pela Fazenda Pública opera-se em três anos, contados do último dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- e) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário inclui a dispensa do cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

31 No que concerne ao Crédito Tributário, previsto no Código Tributário Nacional, considere as afirmativas a seguir.

- I. O lançamento não pode ser efetuado e será revisto mediante provocação da parte interessada pela autoridade administrativa quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade especial.
- II. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
- III. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- IV. Se a lei deixar fixar prazo para a homologação do lançamento, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

32 Sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, previstos na Lei Complementar nº 24/1975, considere as afirmativas a seguir.

- I. A concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados, e a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.
- II. Considerar-se-á rejeitado o convênio que não for expressa ou tacitamente ratificado pelo Poder Executivo de todas as Unidades da Federação ou, nos casos de revogação, pelo Poder Executivo de, no mínimo, quatro quintos das Unidades da Federação.
- III. Para que as isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias sejam concedidas ou revogadas, é necessário um termo de convênio celebrado e ratificado pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo a Lei.
- IV. Os Municípios podem conceder isenções e demais benefícios relacionados nesta Lei Complementar, desde que referentes à sua parcela na receita do imposto de circulação de mercadorias.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

33 Sobre as normas gerais relativas ao tratamento a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previstas na Lei Complementar nº 123/2006, do Simples Nacional, considere as afirmativas a seguir.

- I. A pessoa física que participe do capital de uma pessoa jurídica ou a pessoa jurídica que seja microempresa ou empresa de médio porte, franqueada de pessoa jurídica com sede no exterior, poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta lei.
- II. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das contribuições instituídas pela União, inclusive das contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.
- III. O registro dos atos constitutivos, suas alterações e extinções, referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão envolvido no registro empresarial e na abertura da empresa, dos três âmbitos de governo, ocorrerão independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas.
- IV. Para os efeitos desta Lei, consideram-se microempresas a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados, que auferirem em cada ano-calendário receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

34 Em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, previstos na Lei Complementar nº 116/2003, e a respeito de imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), disposto na Lei Complementar nº 87/1996, considere as afirmativas a seguir.

- I. Em regra, para efeitos de incidência do ISS, o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador.
- II. Para fins de ISS, considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, sendo irrelevantes as denominações de sede, filial, agência ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.
- III. Fica desconfigurada da condição de contribuinte do ICMS a pessoa física ou jurídica que, sem habitualidade ou intuito comercial, importe mercadorias ou bens do exterior, ou seja destinatária de serviço prestado no exterior.
- IV. Não pode ser contribuinte do ICMS a pessoa física ou jurídica que, sem habitualidade ou intuito comercial, importe mercadorias ou bens do exterior, ou seja destinatária de serviço prestado no exterior.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

35 Sobre a Lei Estadual nº 14.260/2003 (Lei Geral do IPVA), considere as afirmativas a seguir.

- I. O contribuinte do IPVA é a pessoa natural ou jurídica que detenha a propriedade de veículo automotor. Na hipótese de veículo automotor cedido pelo regime de arrendamento mercantil, contribuinte é apenas a pessoa natural ou física.
- II. A alíquota do IPVA é de 1% (um por cento) para veículos automotores destinados à locação, de propriedade de empresas locadoras ou cuja posse estas detenham em decorrência de contrato de arrendamento mercantil.
- III. A base de cálculo do IPVA é o valor venal do veículo automotor, observando-se, no caso de veículo novo, o valor total constante do documento fiscal de aquisição, incluído o dos opcionais e acessórios.
- IV. Ocorre o fato gerador do imposto na data do desembarço aduaneiro, em relação a veículo automotor importado do exterior por consumidor final, diretamente ou por meio de terceiros.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

36 De acordo com a Lei Estadual nº 14.260/2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores, assinale a alternativa correta.

- a) São responsáveis pelo pagamento do IPVA devido, solidariamente, o despachante que tenha promovido o despacho de registro e licenciamento do veículo automotor sem o pagamento do IPVA, o leiloeiro, o síndico, o comissário, o liquidante e o inventariante.
- b) O Detran/PR concederá licenciamento ou transferência de propriedade de veículos automotores, sem a quitação integral do imposto devido nos exercícios anteriores e do exercício corrente, mediante autorização da Chefia Executiva.
- c) O infrator à legislação do IPVA fica sujeito à multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do IPVA inadimplido no prazo devido e será penalizado em seu prontuário de habilitação.
- d) O lançamento do IPVA dar-se-á anualmente por referendo do Conselho Estadual. A falta de pagamento no prazo legal implicará na restrição ao direito de conduzir veículos automotores, nos termos desta lei.
- e) Poderão ser inscritos em órgãos de proteção de crédito os débitos do IPVA de exercícios anteriores ao corrente, caso ainda estejam inadimplidos após o último dia útil do exercício anterior.

37 Em relação à restituição de ICMS prevista na Lei 11.580/1996, referente às quantias indevidamente recolhidas ao Estado, assinale a alternativa correta.

- a) A restituição dos valores pagos indevidamente abrange multas de natureza formal, juros de mora e correção monetária, não prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.
- b) A restituição total ou parcial do ICMS proíbe que ocorra a devolução de valores pagos a título de multa, juros de mora e correção monetária, restringindo-se apenas aos valores do principal sem acréscimo de acessórios.
- c) O terceiro que faça prova de haver suportado o encargo financeiro do ICMS sub-roga-se no direito à devolução de imposto indevidamente pago, em relação ao contribuinte ou responsável.
- d) Decorridos dois meses contados da protocolização do pedido de restituição, sem que seja efetivamente recebida a importância a ser devolvida, o contribuinte poderá requerer judicialmente a sua restituição.
- e) O contribuinte, mesmo sem autorização de terceiro, a quem o encargo relativo ao ICMS tenha sido transferido, poderá pleitear a restituição do tributo indevidamente pago.

38 Sobre a Lei Estadual nº 8.927/1988, que regula o imposto sobre a transmissão *causa mortis* e a doação de quaisquer bens e direitos (ITCMD) no Estado do Paraná, assinale a alternativa correta.

- a) Nas aquisições e transmissões de terras devolutas ou direitos a elas relativos, quando derivadas de ato entre vivos, o título assinado será apresentado à Secretaria da Fazenda para a isenção do ITCMD.
- b) O contribuinte está imune ao pagamento do ITCMD quando receber, por doação, imóvel pertencente ao Município, cujo objetivo seja a implantação do programa da reforma agrária instituída pelo governo.

- c) O imposto deixará de incidir na renúncia à herança ou ao legado, desde que praticada antes de qualquer ato no processo de inventário ou arrolamento que implique aceitação da herança.
- d) O sujeito passivo da obrigação tributária do ITCMD é, nas transmissões *causa mortis*, o herdeiro ou legatário, e, nas transmissões por doação, o doador dos bens ou direitos.
- e) Os tabeliães, escrivães e serventuários de ofício são subsidiariamente responsáveis pelo imposto devido pelo contribuinte sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício.

39 Com relação ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), no Estado do Paraná, previsto no Decreto nº 1.980/2007, assinale a alternativa correta.

- a) Em se tratando de mercadoria cuja unidade impossibilite o transporte de uma só vez, a cada remessa corresponderá nova nota fiscal com destaque do imposto, sendo desnecessária a menção dos dados da nota fiscal anterior para a nova emissão.
- b) Inexiste incidência da alíquota interna do ICMS no Estado do Paraná nas operações com alimentos, quando estes forem destinados à merenda escolar, nas vendas a órgãos da administração federal, estadual ou municipal.
- c) Inexiste incidência do imposto nas operações interestaduais relativas a energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização.
- d) Na prestação de serviços de televisão por assinatura, via satélite, efetuada por prestador localizado em outro Estado, com destino a tomador localizado no Estado do Paraná, o ICMS devido será para o Estado onde está a sede do prestador.
- e) O produtor rural contribuinte, ainda que sem inscrição em cadastro próprio, deverá emitir nota fiscal sempre que promover a entrada de bem ou mercadoria, antes dessa operação se concretizar.

40 Sobre as alíquotas e base de cálculo do imposto sobre a transmissão *causa mortis* e a doação de quaisquer bens e direitos (ITCMD) no Estado do Paraná, previstas na Lei Estadual nº 8.927/1988, assinale a alternativa correta.

- a) A alíquota do imposto ITCMD, para transmissão *causa mortis*, é no importe de 4% sobre o valor venal, e para a doação de bens ou direitos a alíquota é de 6%.
- b) A base de cálculo é o valor venal dos bens ou direitos, transmitidos ou doados, apurados mediante avaliação procedida pela Fazenda Pública Estadual.
- c) A Fazenda Pública Estadual, ao constatar alteração no valor venal dos bens ou direitos transmitidos, está por lei impedida de rever o valor ou atualizá-lo.
- d) Nas doações com reserva do usufruto ou na sua instituição gratuita a favor de terceiros, o valor dos direitos reais do usufruto será igual ao valor total do bem.
- e) Quando houver pluralidade de usufrutuários e proprietários, o valor do imposto será dividido de modo igualitário para cada um.

41 Assinale a alternativa que corresponde, corretamente, ao informe contábil que evidencia, de forma sintética, os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período e sua respectiva distribuição.

- a) Balanço Patrimonial (BP).
- b) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).
- c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).
- d) Demonstração do Valor Adicionado (DVA).**
- e) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA).

42 À luz do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos, quando do seu reconhecimento inicial, devem ser mensurados pelo seu valor

- a) de compra.
- b) de mercado.
- c) de venda.
- d) justo.
- e) presente.**

43 Uma sociedade comercial, em 31 de dezembro de um exercício social, apresentou os saldos de contas, conforme tabela a seguir.

CONTA	SALDO (R\$)
Aluguéis pagos antecipadamente	9.300,00
Bancos conta movimento	42.000,00
Caixa	22.500,00
Capital social	130.000,00
Cheques a receber	11.400,00
Custo das mercadorias vendidas	168.000,00
Depreciação acumulada	19.500,00
Despesas administrativas	70.800,00
Duplicatas a receber	62.700,00
Equipamentos	96.000,00
Estoque de mercadorias	36.000,00
Fornecedores	34.100,00
Provisão para ajuste de estoques	4.500,00
Receitas de vendas	293.100,00
Reservas de lucros	27.000,00
Salários a pagar	10.500,00

Após a apuração do resultado do período e antes de sua destinação, o total do Ativo Circulante, do Ativo não Circulante e do Patrimônio Líquido são, respectivamente,

- a) R\$ 170.100,00; R\$ 85.800,00 e R\$ 54.300,00.
- b) R\$ 170.100,00; R\$ 85.800,00 e R\$ 211.300,00.
- c) R\$ 174.900,00; R\$ 76.500,00 e R\$ 206.800,00.
- d) R\$ 179.400,00; R\$ 76.500,00 e R\$ 211.300,00.**
- e) R\$ 179.900,00; R\$ 76.500,00 e R\$ 54.300,00.

- 44** Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a conta que representa um elemento do passivo quando do registro da sua origem.
- Ações de outras companhias.
 - Adiantamento a fornecedores.
 - Adiantamento de clientes.**
 - Adiantamento de férias.
 - Adiantamento de viagens.
- 45** Um *software* que está em desenvolvimento, destinado para comercialização, deve ser contabilizado da seguinte forma:
- Estoque: Ativo Especial.**
 - Imobilizado: Ativo Especial.
 - Imobilizado: Imobilizado em Andamento.
 - Intangível: Intangível em Andamento.
 - Investimentos: Investimentos em Andamento.
- 46** A empresa MKW não possui, em sua contabilidade, qualquer valor registrado de sua marca. Ao receber uma oferta de compra, especificamente, de sua marca, toma conhecimento do seu valor de mercado. Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o procedimento contábil que a MKW deve ter com relação à marca.
- Registrar o valor da marca no Ativo Intangível.
 - Registrar o valor da oferta como Ativo Diferido.
 - Registrar o valor da oferta como Imobilizado.
 - Registrar o valor da oferta como Intangível em Andamento.
 - Manter sua contabilidade inalterada.**
- 47** Quando da realização do inventário físico de estoques da Empresa Renascer S.A., em 31 de dezembro de 2011, foi apontada a existência de mercadorias no valor de R\$ 585.000,00. Porém, no registro contábil, na mesma data, a conta de estoque de mercadorias estava registrada com saldo de R\$ 615.000,00. Devido à natureza dos produtos que a empresa comercializa, o contador terá de ajustar a diferença apurada, efetuando o seguinte lançamento: débito da conta
- Custo das Mercadorias Vendidas e a crédito da conta Estoques de Mercadorias, no valor de R\$ 30.000,00.**
 - Custo das Mercadorias Vendidas e a crédito da conta Estoques de Mercadorias, no valor de R\$ 585.000,00.
 - Custo Extraordinário e a crédito da conta Estoques de Mercadorias, no valor de R\$ 30.000,00.
 - Estoques de Mercadorias e a crédito da conta Custo das Mercadorias Vendidas, no valor de R\$ 30.000,00.
 - Estoques de Mercadorias e a crédito da conta Custo das Mercadorias Vendidas, no valor de R\$ 615.000,00.
- 48** A empresa Limeira Ltda. iniciou suas atividades em 1º de outubro de 2011. Após seu primeiro mês de funcionamento, a empresa apresentou a seguinte movimentação de um de seus materiais diretos isento de impostos na aquisição e na venda:

DATA	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
07/10/2011	Compra de 40 unidades	2.000,00
14/10/2011	Venda de 10 unidades	700,00
21/10/2011	Compra de 30 unidades	2.100,00
31/10/2011	Venda de 15 unidades	1.200,00

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o valor, em reais, no final do primeiro mês, sendo o estoque final avaliado pelo método Primeiro que Entra, Primeiro que Sai (PEPS).

- 2.200,00
- 2.350,00
- 2.650,00
- 2.700,00
- 2.850,00**

49 Com base nos conhecimentos contábeis relativos a estoques, considere as afirmativas a seguir.

- I. Valor realizável líquido é aquele pelo qual um item de estoque pode ser trocado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.
- II. Os custos indiretos de produção eventualmente não alocados aos produtos e os valores anormais de custos de produção devem ser reconhecidos como despesa do período em que ocorrem, sem transitar pelos estoques.
- III. As classificações comuns de estoques são: mercadorias, bens de consumo de produção, materiais, produto em elaboração e produtos acabados. O prestador de serviços pode ter trabalhos em andamento classificáveis como estoque em elaboração.
- IV. As demonstrações contábeis devem divulgar as políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo formas e critérios de valoração utilizados.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

50 Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o conjunto completo das demonstrações contábeis exigidas para pequenas e médias empresas, que inclui o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG 1000 (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas).

- a) Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados.
- b) Demonstração dos Lucros ou Prejuízo Acumulado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.
- c) Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.
- d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas.
- e) Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado.

51 A empresa W&K, que adota o regime de competência para a contabilização de seus atos e fatos, contratou alocação de um imóvel por 18 meses, a partir de 01/07/X1, pagando antecipadamente o valor do contrato correspondente a R\$ 18.000,00.

O contador, no encerramento do exercício social de X1, deve registrar esse pagamento da seguinte forma:

- a) R\$ 6.000,00 como Despesa e R\$ 12.000,00 como Ativo Circulante.
- b) R\$ 9.000,00 como Despesa e R\$ 9.000,00 como Ativo Circulante.
- c) R\$ 18.000,00 como Despesa.
- d) R\$ 6.000,00 como Ativo Circulante e R\$ 12.000,00 com Ativo de Longo Prazo.
- e) R\$ 18.000,00 como Ativo Circulante.

52 Tendo por base a Lei Federal nº 6.404/1976, em especial as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007, e em consonância com as normas internacionais de contabilidade, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o tratamento contábil a ser aplicado aos casos comprovados de incentivos fiscais.

- a) O montante deve ser lançado diretamente na conta Reserva de Capital constante do Patrimônio Líquido.
- b) O recebimento dos recursos deve ser contabilizado em contrapartida do Capital Social no Patrimônio Líquido.
- c) O total deve ser contabilizado diretamente na conta do Patrimônio Líquido denominada Reserva de Incentivos Fiscais.
- d) O valor deve ser contabilizado em contrapartida da conta Reservas de Lucro existente no Patrimônio Líquido.
- e) O valor recebido deve, obrigatoriamente, transitar pelo resultado.

53 Para a produção de 80.000 unidades do produto Alfa, são necessários custos variáveis totais de R\$ 800.000,00 e custos fixos totais de R\$ 400.000,00. Sendo o preço de venda unitário de R\$ 30,00, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o ponto de equilíbrio, em unidades.

- a) 15.000
- b) 20.000
- c) 25.000
- d) 30.000
- e) 40.000

54 Para produzir uma unidade do produto Beta, uma empresa previu utilizar, em um determinado período, 10 quilos de matéria-prima ao custo de R\$ 20,00 por quilo. Ao final desse período, a empresa verificou que produziu 15 unidades do produto com aumento de 20% no consumo da matéria-prima. Porém, devido à aquisição de maior quantidade de matéria-prima, conseguiu uma redução de 10% no seu preço. Por meio da análise do custo padrão, a variação total obtida pela empresa foi

- a) favorável em R\$ 240,00.
- b) favorável em R\$ 300,00.
- c) desfavorável em R\$ 240,00.
- d) desfavorável em R\$ 300,00.
- e) desfavorável em R\$ 600,00.

55 Determinada empresa controla seus estoques através do custo médio ponderado. Em dado momento, sua situação se apresenta na seguinte ordem: estoque inicial de 10 unidades a R\$ 5,00 cada; compra de 20 unidades a R\$ 8,00 cada; venda de 15 unidades a R\$ 12,00 cada; devolução de 10 unidades referente à venda anterior.

Em relação a esse contexto, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

- () O custo das mercadorias vendidas foi de R\$ 60,00.
- () O custo das mercadorias vendidas foi de R\$ 105,00.
- () O custo médio ponderado unitário final é de R\$ 6,00.
- () O estoque final é de 25 unidades.
- () O estoque final é de R\$ 175,00.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, F, V, V, F.
- b) V, F, F, F, V.
- c) F, V, V, V, F.
- d) F, V, V, F, F.
- e) F, F, F, V, V.

56 Tendo uma indústria incorrido em custos totais fixos de R\$ 10.000,00 e variáveis de R\$ 20.000,00, para uma produção de 1.000 unidades, com base no fato de que, no sistema de custeio por absorção, a quantidade produzida oscila para mais ou para menos, considere as afirmativas a seguir.

- I. O custo total fixo varia.
- II. O custo total variável não varia.
- III. O custo unitário fixo varia.
- IV. O custo unitário variável não varia.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

57 Com relação às funções da contabilidade de custos, financeira e gerencial, considere as afirmativas a seguir.

- I. A contabilidade de custo tem um escopo mais amplo que a contabilidade gerencial.
- II. O uso da contabilidade de custos como instrumento gerencial é preocupação permanente dos contadores, auditores e fiscais.
- III. O sistema de custos pode subsidiar a decisão gerencial de administração de preço de venda.
- IV. Lucro bruto é o resultado do confronto do custo das mercadorias ou produtos vendidos ou dos serviços prestados aos clientes com a respectiva receita líquida.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

58 Quanto às terminologias contábeis básicas da contabilidade de custos, relacione a coluna da esquerda com a da direita.

- | | |
|--|-------------------|
| (I) Comissão de vendedores. | (A) Custos. |
| (II) Compra de material de escritório. | (B) Desembolso. |
| (III) Depreciação do prédio fabril. | (C) Despesas. |
| (IV) Mercadoria danificada por enchente. | (D) Investimento. |
| (V) Pagamento de fornecedores. | (E) Perdas. |

Assinale a alternativa que contém a associação correta.

- a) I-A, II-B, III-C, IV-D, V-E.
- b) I-C, II-A, III-E, IV-D, V-B.
- c) I-C, II-D, III-A, IV-E, V-B.
- d) I-D, II-C, III-A, IV-B, V-E.
- e) I-E, II-A, III-D, IV-B, V-C.

59 Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o método de custeio que procura reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos.

- a) Absorção.
- b) Custeio ABC.
- c) Direto.
- d) Indireto.
- e) Variável.

60 Uma indústria, em determinado mês, iniciou a produção de um lote de 10.000 unidades de um certo produto e, ao final desse mês, apresentou os seguintes custos de produção:

Matéria-prima = R\$ 40.000,00
Mão de obra direta = R\$ 30.000,00
Outros custos indiretos = R\$ 20.000,00

Sabendo-se que 70% das unidades estavam concluídas e que o restante estava em elaboração com grau equivalente de 2/3, pelo método do custeio de absorção e produção equivalente, o custo total do produto acabado e o custo total do produto em elaboração eram, respectivamente, de

- a) R\$ 63.000,00 e R\$ 18.000,00.
- b) R\$ 63.000,00 e R\$ 27.000,00.
- c) R\$ 70.000,00 e R\$ 18.000,00.
- d) R\$ 70.000,00 e R\$ 20.000,00.
- e) R\$ 70.000,00 e R\$ 30.000,00.

61 Uma indústria produz e vende apenas dois tipos de produtos, sendo um para exportação e outro para o mercado interno, os quais apresentam contribuição unitária de R\$ 22,50 e R\$ 18,00, respectivamente. Durante um determinado mês, os custos fixos foram de R\$ 1.620.000,00, que foram rateados pela margem de contribuição total de cada produto.

Nesse mesmo mês, a indústria vendeu seus produtos conjuntamente, nas quantidades a seguir.

Produto para Exportação	72.000 unidades
Produto para Mercado Interno	90.000 unidades

Partindo-se dos dados informados, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o ponto de equilíbrio de cada produto.

a)	Produto para Exportação	18.000 unidades
	Produto para Mercado Interno	22.500 unidades
	Total	40.500 unidades
b)	Produto para Exportação	20.000 unidades
	Produto para Mercado Interno	20.000 unidades
	Total	40.000 unidades
c)	Produto para Exportação	22.500 unidades
	Produto para Mercado Interno	18.000 unidades
	Total	40.500 unidades
d)	Produto para Exportação	36.000 unidades
	Produto para Mercado Interno	45.000 unidades
	Total	81.000 unidades
e)	Produto para Exportação	40.000 unidades
	Produto para Mercado Interno	40.000 unidades
	Total	80.000 unidades

62 Uma determinada indústria fabrica dois tipos de produtos, para os quais são utilizados dois centros de custos (CC1 e CC2). Neste mês, foram apontados os custos diretos totais de cada produto, a seguir.

	Produto 1 (R\$)	Produto 2 (R\$)
Matéria-prima	48.000,00	32.000,00
Mão de obra direta	16.000,00	24.000,00
Soma	64.000,00	56.000,00

Os custos indiretos totais de fabricação do mês foram de R\$ 15.000,00, sendo alocados aos centros de custos CC1 e CC2 pelos valores de R\$ 10.000,00 e R\$ 5.000,00, respectivamente. Os custos de CC1 são rateados aos produtos, proporcionalmente à matéria-prima consumida por cada produto, e os custos de CC2, proporcionalmente à mão de obra direta aplicada.

Sabendo-se ainda que todos os produtos foram concluídos, então os custos totais, em reais, de cada produto, são:

- a) Produto 1 = 69.000,00 Produto 2 = 66.000,00
 b) Produto 1 = 70.000,00 Produto 2 = 65.000,00
 c) Produto 1 = 71.500,00 Produto 2 = 63.500,00
 d) **Produto 1 = 72.000,00 Produto 2 = 63.000,00**
 e) Produto 1 = 73.000,00 Produto 2 = 62.000,00

63 Uma indústria produziu, no mesmo período, três produtos nas seguintes quantidades: A = 50; B = 70 e C = 80 unidades. Nesse mesmo período, os custos totais indiretos foram de R\$ 355,00. Os custos diretos unitários de matérias-primas foram, respectivamente, de R\$ 1,00, R\$ 2,00 e R\$ 3,00, e os custos unitários de mão de obra direta foram, respectivamente, de R\$ 1,00, R\$ 1,00 e R\$ 2,00.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o custo final indireto unitário, em reais, de cada produto, proporcional ao custo direto total de cada produto, respectivamente.

- a) **A = 1,00; B = 1,50 e C = 2,50**
 b) A = 2,00; B = 3,00 e C = 5,00
 c) A = 3,00; B = 4,50 e C = 7,50
 d) A = 50,00; B = 105,00 e C = 200,00
 e) A = 150,00; B = 315,00 e C = 600,00

64 A moeda funcional reflete as transações, os eventos e as condições subjacentes que são relevantes para a entidade. Portanto, uma vez que ela seja determinada, somente pode ser alterada se houver mudança nas transações, nos eventos e nas condições subjacentes.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, como o efeito da alteração na moeda funcional deve ser tratado, contabilmente, pela entidade.

- a) Converter todos os itens para a nova moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio observada na data da alteração.
- b) Manter a escrituração pelo valor contábil histórico, considerando que a moeda funcional inaltera a estrutura contábil.
- c) Manter inalteradas as demonstrações contábeis, pois a legislação vigente proíbe o uso de outra moeda que não o real.
- d) Preparar duas demonstrações contábeis, uma demonstrando os valores na moeda funcional antiga e a outra com a nova moeda funcional.
- e) Preparar suas demonstrações contábeis, apresentando, em colunas distintas, os valores em moeda de apresentação e em moeda funcional.

65 Uma empresa, ao contabilizar o reconhecimento de um produto ou de um serviço adquirido em transação com pagamento em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais, deve contabilizar em contrapartida a uma conta do

- a) Ativo Circulante.
- b) Ativo Não Circulante.
- c) Passivo Circulante.
- d) Patrimônio Líquido.
- e) Resultado.

66 A resolução que trata de operações de arrendamento mercantil define o termo arrendamento mercantil como sendo um acordo pelo qual o

- a) arrendador transmite ao arrendatário, mediante um contrato de comodato sem uma contraprestação de remuneração, o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado.
- b) arrendador transmite ao arrendatário, em troca de um pagamento ou série de pagamentos, o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado nunca inferior a um ano, nem superior a cinco anos.
- c) arrendador transmite ao arrendatário, em troca de um pagamento ou série de pagamentos, o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado.
- d) arrendatário transmite ao arrendador, mediante um contrato de comodato sem uma contraprestação de remuneração, o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado.
- e) arrendatário transmite ao arrendador, em troca de um pagamento ou série de pagamentos, o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado.

67 O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e os abatimentos, e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

Com relação aos exemplos de custos diretamente atribuíveis, considere as afirmativas a seguir.

- I. Custos com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente.
- II. Custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes, incluindo custos de treinamento.
- III. Custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço, incluindo propaganda e atividades promocionais.
- IV. Honorários profissionais diretamente relacionados para que o ativo fique em condições operacionais.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

- 68** Quanto à redução do valor recuperável de ativos, considera-se o montante pelo qual o valor contábil de um ativo, ou de uma unidade geradora de caixa, excede seu valor recuperável como
- a) despesas de venda ou de baixa.
 - b) perda por desvalorização.**
 - c) valor depreciable, amortizável e exaurível.
 - d) valor justo líquido de despesa de venda.
 - e) valor recuperável.
- 69** Qualquer desvalorização de ativo reavaliado deve ser tratada como diminuição do saldo
- a) da desvalorização.
 - b) da reavaliação.**
 - c) de lucros acumulados.
 - d) de perdas eventuais.
 - e) do resultado do exercício.
- 70** A classificação de arrendamentos mercantis adotada na NBC TG 06 (Operações de Arrendamento Mercantil), aprovada pela resolução CFC 1.304/2010, baseia-se na extensão dos riscos e dos benefícios, inerentes à propriedade de ativo arrendado, que permanecem para o arrendador ou para o arrendatário. Desse modo, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a classificação dos arrendamentos.
- a) Alto, médio e baixo risco.
 - b) Financeiro e operacional.**
 - c) Contabilizáveis e não contabilizáveis.
 - d) Mercantis e não mercantis.
 - e) Realizável e não realizável.
- 71** Com base nos conhecimentos relativos aos tratamentos contábeis aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração e às divulgações decorrentes de operações de combinação (ou concentração) de negócios, considere as afirmativas a seguir.
- I. Na empresa adquirente, o montante dos ativos e passivos, adquiridos em decorrência do processo de fusão e incorporação de entidades independentes, deve ser registrado pelo valor contábil histórico constante na contabilidade adquirida na data da transação.
 - II. Uma entidade adquirente deve calcular e reconhecer o valor justo, em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, dos ativos identificáveis (tangíveis e intangíveis) adquiridos e das obrigações assumidas da entidade adquirida, decorrentes de uma operação de combinação de negócios.
 - III. Deve-se calcular e reconhecer o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) resultante da combinação de negócios ou o ganho auferido em uma compra vantajosa (operação com deságio ou *goodwill* negativo).
 - IV. O ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), adquirido em uma operação de combinação de negócios, representa um pagamento realizado pela adquirente, em antecipação de benefícios econômicos futuros a serem gerados por ativos que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.
- Assinale a alternativa correta.**
- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
 - b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
 - c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
 - d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
 - e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.**

72 Para contabilizar a aquisição de ações de emissão própria (ações em tesouraria), os custos de transação incorridos na alienação de ações em tesouraria devem ser tratados como

- a) acréscimo da conta ações em tesouraria do grupo de disponível pela transação e redução da conta caixa pelo pagamento das mencionadas ações, não afetando o resultado do grupo disponível.
- b) acréscimo do capital social, valor esse contabilizado diretamente no patrimônio líquido, na conta que houver sido utilizada como suporte à transação da aquisição de tais ações, não afetando o resultado da entidade.
- c) redução da conta caixa por pagamento da aquisição e consequente aumento da conta capital social, em razão da transação de aquisição de ações de emissão própria.
- d) redução do capital social, valor esse contabilizado diretamente no patrimônio líquido, na conta que houver sido utilizada como suporte à transação da aquisição de tais ações, não afetando o resultado da entidade.
- e) redução do lucro ou acréscimo do prejuízo dessa transação, resultados esses contabilizados diretamente no patrimônio líquido, na conta utilizada como suporte à aquisição de tais ações, não afetando o resultado da entidade.

73 Para efeito de classificação contábil de um ativo para utilização, com vida útil de cinco anos e de valor contábil significativo, como, por exemplo, o *software* do sistema operacional de um computador, deve-se tratar o ativo como

- a) ativo de investimento, em conjunto com o *hardware*.
- b) ativo imobilizado, em conjunto com o *hardware*.
- c) ativo intangível, separadamente do *hardware*.
- d) despesa, separadamente do *hardware*.
- e) despesa, em conjunto com o *hardware*.

74 Quando do procedimento de consolidação das demonstrações contábeis, a participação dos não controladores deve ser apresentada no balanço patrimonial consolidado dentro do

- a) patrimônio líquido, conjuntamente com o patrimônio líquido dos proprietários da controladora.
- b) patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora.
- c) passivo circulante, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora.
- d) passivo não circulante, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora.
- e) passivo não circulante, separadamente do exigível a longo prazo da controladora e da controlada.

75 A receita e as despesas relacionadas à mesma transação são reconhecidas simultaneamente. Esse processo está vinculado ao princípio da confrontação das despesas com as receitas (regime de competência). Porém, quando as despesas não podem ser mensuradas confiavelmente, a receita fica impossibilitada de ser reconhecida.

Em tais circunstâncias, quaisquer valores já recebidos pela venda dos bens serão reconhecidos como

- a) um ativo.
- b) um custo.
- c) um passivo.
- d) uma perda.
- e) uma receita.

76 O fato de que uma distorção relevante possa ocorrer e não ser evitada, ou detectada e corrigida, em tempo hábil por controles internos relacionados, é considerado, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, um risco

- a) inevitável.
- b) inerente.
- c) de detecção
- d) de trabalho.
- e) de controle.

77 Quanto à continuidade normal dos negócios da empresa auditada, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a responsabilidade do auditor.

- a) Apresentar parágrafo de ênfase no relatório de auditoria eximindo-se da responsabilidade da continuidade dos negócios da empresa auditada, por ser esta uma responsabilidade da administração.
- b) Determinar um período mínimo de continuidade operacional da empresa auditada, contado da data de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, e expressar em seu relatório a certeza quanto à capacidade de continuidade operacional.
- c) Obter evidência de que a entidade auditada não venha a sofrer solução de continuidade, no mínimo cinco anos contados da data das demonstrações contábeis objeto da auditoria.
- d) Obter dos administradores uma carta de responsabilidade com o objetivo de garantir a permanência da entidade auditada no mercado por período não inferior a um ano, a contar da data do balanço objeto da auditoria.
- e) Obter suficiente evidência de auditoria sobre a adequação do uso pela administração do pressuposto de continuidade operacional na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, e expressar uma conclusão sobre a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional.

78 Com relação aos procedimentos de auditoria, relacione a coluna da esquerda com a da direita.

- | | |
|-------------------------|--|
| (I) Inspeção. | (A) Exame de registros, documentos e ativos tangíveis. |
| (II) Observação. | (B) Acompanhamento da execução de processos ou procedimentos. |
| (III) Confirmação. | (C) Verificação do comportamento de valores significativos mediante índices, quocientes e quantidades absolutas, com vista à identificação de situação ou tendências atípicas. |
| (IV) Revisão analítica. | (D) Conferência de exatidão de valores constantes de registros e/ou documentos. |
| (V) Cálculo. | (E) Obtenção de informação junto a pessoas ou entidades conhecedoras da transação, dentro ou fora da entidade. |

Assinale a alternativa que contém a associação correta.

- a) I-A, II-B, III-E, IV-C, V-D.
- b) I-A, II-D, III-B, IV-C, V-E.
- c) I-B, II-A, III-C, IV-E, V-D.
- d) I-B, II-A, III-E, IV-D, V-C.
- e) I-D, II-E, III-B, IV-A, V-C.

79 Com base nos conhecimentos sobre planejamento de auditoria, considere as afirmativas a seguir.

- I. Quando da realização de uma primeira auditoria numa entidade, que foi auditada por outros profissionais, no período imediatamente anterior, o auditor deve incluir no seu planejamento a análise dos saldos de abertura, os procedimentos contábeis, a identificação de relevantes eventos subsequentes ao exercício anterior e à revisão dos papéis de trabalho do auditor anterior.
- II. A análise de riscos de auditoria, considerando a relevância em nível geral, a ser efetuada na fase de planejamento de seus trabalhos, deve considerar as demonstrações contábeis tomadas em seu conjunto, bem como as atividades, a qualidade da administração e a avaliação do sistema contábil e de controles internos.
- III. Os procedimentos de auditoria independente incluídos em um programa de trabalho de auditoria devem ser planejados para proteger o auditor em caso de litígio legal.
- IV. A determinação precisa dos objetivos da auditoria, bem como a identificação do universo a ser examinado, são algumas das exigências básicas para a elaboração de um adequado plano de contingências de auditoria.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

80 Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o objetivo da Auditoria Independente.

- a) Aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.
- b) Verificar a possibilidade de ocorrência de fraudes ou erros na entidade auditada.
- c) Aprimorar o sistema de controles internos da entidade auditada.
- d) Contribuir para a redução da ineficiência e da negligência operacional.
- e) Resguardar créditos de terceiros contra possíveis fraudes.

81 Com base no conhecimento sobre as normas brasileiras de contabilidade aplicadas em auditoria, considere as afirmativas a seguir.

- I. A revisão de controle de qualidade do trabalho de auditoria é um processo estabelecido para fornecer uma avaliação objetiva, na data ou antes da data do relatório, dos julgamentos relevantes feitos pela equipe de trabalho e das conclusões atingidas ao elaborar o relatório.
- II. Na auditoria das demonstrações contábeis, o auditor deve efetuar estudos e avaliações do sistema contábil e de controles internos da entidade, com a finalidade principal de determinar a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria.
- III. A auditoria operacional consiste em revisões metódicas de programa, organizações das atividades ou seguimentos operacionais dos setores público e privado, com a finalidade de avaliar e comunicar se os recursos da organização estão sendo usados eficientemente e se estão sendo alcançados os objetivos operacionais.
- IV. A auditoria externa compreende os exames, as análises, as avaliações, os levantamentos e as comprovações, metodologicamente estruturadas para a avaliação da integridade, da adequação, da eficácia, da eficiência e da economicidade dos processos, dos sistemas de informações e dos controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

82 Sobre os temas auditoria e perícia contábeis, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

- () O auditor interno é responsável pela emissão das normas ou dos procedimentos que visam principalmente resguardar o patrimônio da empresa e produzir dados contábeis confiáveis.
- () A característica principal do auditor externo em relação ao auditor interno decorre de sua supremacia em relação à independência profissional.
- () A utilização de trabalhos de especialistas no decorrer do trabalho de auditoria provoca perda de autonomia do auditor interno.
- () Auditoria externa constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, a adequação e a eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade.
- () Perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, F, V, F, V.
- b) V, F, F, V, F.
- c) F, V, V, F, F.
- d) F, V, F, F, V.
- e) F, F, V, V, V.

83 Quando o auditor conclui que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, ele deve expressar sua opinião utilizando a seguinte frase: **As demonstrações contábeis**

- a) apresentam uma visão correta e adequada da administração dos recursos financeiros e patrimonial de acordo com [a estrutura do relatório financeiro aplicável].
- b) foram elaboradas dentro do que determina os princípios contábeis e estão de acordo com [a estrutura do relatório financeiro aplicável].
- c) **apresentam uma visão correta e adequada de acordo com [a estrutura do relatório financeiro aplicável].**
- d) estão condizentes com o que determina a Lei nº 6.404/1976 e suas modificações, bem como de acordo com [a estrutura do relatório financeiro aplicável].
- e) estão em consonância com [a estrutura do relatório financeiro aplicável] e com a legislação tributária em vigor.

84 A documentação de auditoria, preparada para atender às exigências da NBC TA 230 e às exigências específicas de documentação de outras normas de auditoria relevantes, deve fornecer evidência

- a) da aplicação de procedimentos de auditoria para revisão dos sistemas de controles internos, objetivando a definição da profundidade e da extensão dos trabalhos.
- b) da aplicação dos procedimentos de auditoria para obter o conhecimento das atividades da entidade auditada, para identificação de transações relevantes que afetam as demonstrações contábeis.
- c) **de que a auditoria foi planejada e executada em conformidade com as normas de auditoria e exigências legais e regulamentares aplicáveis.**
- d) da execução da auditoria de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade estabelecidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) aplicadas à Auditoria Independente.
- e) de que o auditor tem capacidade para emitir uma conclusão quanto ao cumprimento do programa específico de auditoria.

85 Com base nas normas brasileiras de auditoria independente, é correto afirmar que os testes de auditoria

- a) substantivos visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estão em efetivo funcionamento.
- b) **substantivos podem ser utilizados para certificar que o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para atender eventual prejuízo.**
- c) substantivos visam à obtenção de razoável segurança de que as normas de controle interno são adequadas e impossibilitam a existência de fraudes ou erros.
- d) de observância têm por finalidade obter evidências quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados gerados pelo sistema de contabilidade da entidade.
- e) de observância devem ser utilizados para analisar os valores que compõem o saldo das contas de depreciação, quanto à suficiência dos valores em relação aos desgastes.

86 Considere as situações a seguir.

- i. Um funcionário do setor de recursos humanos de uma empresa, com três períodos de férias não gozados, constantes da folha de pagamentos e da provisão de férias, e com conhecimento sobre os valores a serem recebidos.
- ii. Pagamentos de mensalidades a uma empresa de vigilância e monitoramento, sendo que a contratante nunca firmou o contrato e tampouco utilizou os serviços em suas unidades.
- iii. O diretor financeiro da empresa Modelo Industrial S.A., ao receber os cheques emitidos pelos clientes como garantia de pagamento futuro (cheques pré-datados), mantém os mesmos em custódia do caixa geral da empresa. O diretor financeiro juntamente com o contador decidem que sejam contabilizados em disponibilidades.

Ao confrontar-se com as situações expostas, o auditor as classificaria, respectivamente, como

- a) **normal, fraude e erro.**
- b) normal, fraude e fraude.
- c) fraude, fraude e normal.
- d) fraude, normal e normal.
- e) erro, normal e erro.

87 No tocante a fraudes e erros, o Conselho Federal de Contabilidade, através das normas que definem a responsabilidade do auditor, entende que o

- a) auditor está isento da responsabilidade e da possibilidade de ser responsabilizado pela prevenção de fraudes ou erros de efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da entidade auditada.
- b) auditor é responsável pela prevenção de fraudes ou erros de efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da entidade auditada.
- c) auditor é responsável pela detecção de fraudes ou erros, bem como pela edição dos regulamentos necessários à sua prevenção.
- d) auditor, ao detectar a fraude, deve obrigatoriamente comunicar à administração da entidade auditada e, consequentemente, incluir um parágrafo de ressalva em seu relatório.
- e) auditor, nas auditorias de demonstrações contábeis, está isento da responsabilidade sobre a ocorrência de fraudes ou erros que possa interferir nas demonstrações contábeis, sendo desnecessários quaisquer procedimentos para sua detecção.

88 Os papéis de trabalhos elaborados pelo auditor independente no decorrer da auditoria devem ficar em poder

- a) da autoridade que solicitou a auditoria.
- b) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- c) do auditor.
- d) do diretor da entidade auditada.
- e) do contador da entidade auditada.

89 De acordo com as normas brasileiras de contabilidade, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o período mínimo recomendado para retenção da documentação de trabalho de auditoria realizado.

- a) 1 ano.
- b) 2 anos.
- c) 3 anos.
- d) 5 anos.
- e) 10 anos.

90 Com base nas normas brasileiras de contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e aplicadas à Auditoria Independente, assinale a alternativa correta.

- a) A contratação e o fornecimento de trabalhos de especialista são de total responsabilidade da empresa auditada, ficando sob sua responsabilidade todo o trabalho executado.
- b) O auditor é o único responsável por expressar opinião de auditoria, e essa responsabilidade é mantida mesmo com a utilização do trabalho de especialista contratado por ele.
- c) O auditor deve incluir, em seu relatório, informações relativas às auditorias realizadas por especialistas, a fim de dividir a responsabilidade sobre o trabalho.
- d) O auditor está totalmente isento da responsabilidade sobre o trabalho prestado por especialista durante a realização da auditoria.
- e) O auditor deve fazer uma ressalva em seu relatório, sempre que são utilizados trabalhos de especialistas no transcurso dos trabalhos de auditoria.